

SUMÁRIO

PARTE I – FUNDAMENTOS DO MERCADO E DO ERRO

CAPÍTULO 1 – A ANATOMIA DA FRAUDE NO MERCADO DE INVESTIMENTOS 23

- 1.1. O Ponto de Ruptura: Onde o Risco Legítimo Termina e o Crime Começa 24
- 1.2. A Essência de um Investimento Legítimo 26
- 1.3. A Falsa Evidência da Aparência..... 27
- 1.4. A Geografia da Legitimidade..... 30
- 1.5. A Análise Definitiva: O Roteiro para Entender um Investimento 31

CAPÍTULO 2 – POR QUE AS PESSOAS ACREDITAM NO QUE NÃO DEVERIAM? 35

- 2.1. Quem é o Investidor? A Distinção que a Fraude Tenta Apagar 36
- 2.2. A Lógica do Pougador e a Narrativa da Fraude 38
- 2.3. A Ilusão da Racionalidade..... 40
- 2.4. A Confiança como Atalho Decisório..... 42
- 2.5. Validação Progressiva: Pagamento e Tempo..... 43

PARTE II – O MAPA ESTRUTURAL DA FRAUDE

CAPÍTULO 3 – O MAPA DAS FRAUDES FINANCEIRAS	49
3.1. A Necessidade da Classificação	50
3.2. As Classes de Fraude.....	51
3.3. Métodos de Execução: A Engenharia da Ocultação.....	54

PARTE III – A FRAUDE NA PRÁTICA

CAPÍTULO 4 – ESTRUTURAS RECORRENTES: A ANATOMIA DO GOLPE	61
4.1. A Fraude de Captação na Prática: A Patologia do Fluxo	62
4.2. A Fraude de Gestão na Prática: A Patologia da Condução	64
4.3. A Fraude de Intermediação na Prática: A Patologia da Oferta	66
4.4. A Fraude de Lastro na Prática: A Patologia da Aparência de Segurança	69
4.5. As Fraudes Híbridas na Prática: A Convergência das Distorções	71

PARTE IV – O MÉTODO ESTRUTURAL

CAPÍTULO 5 – COMO IDENTIFICAR UMA FRAUDE ANTES DO PREJUÍZO.....	77
5.1. A Inversão da Análise: Onde a Decisão Falha.....	78
5.2. O Filtro da Legalidade: A Primeira Ruptura.....	80
5.3. Os Três Pilares Aplicados: Oferta, Ofertante e Gestão	83
5.4. O Teste da Sustentabilidade: A Verdade por Trás do Fluxo	87
5.5. O Teste do Lastro: Quando a Garantia Não Garante.....	88

5.6. O Teste da Intermediação: Quando a Decisão Não é Livre	91
5.7. O Diagnóstico Estrutural: Onde Está a Fraude	93
5.8. O Método Estrutural: A Proteção que Nasce da Compreensão	95

PARTE V – O ENQUADRAMENTO JURÍDICO DA FRAUDE

CAPÍTULO 6 – A NATUREZA DO PROBLEMA 99

6.1. As Três Origens do Prejuízo: Risco, Falha e Fraude	100
6.2. Fraude Civil e Fraude Penal: A Distinção Necessária	102
6.3. O Erro Estratégico: Tratar Fraude como Inadimplemento.	104
6.4. A Inefetividade da Recuperação Civil nas Fraudes Estruturadas.....	106
6.5. A Atuação Integrada: Da Ineficácia Civil à Recuperação via penal.....	108

CAPÍTULO 7 – A RESPOSTA DO SISTEMA: COMO O DIREITO ENQUADRA A FRAUDE 111

7.1. Oferta Pública vs Privada: A Substância sobre a Forma	112
7.2. A Captação como Crime: A Lei do Colarinho Branco e o Contrato de Investimento Coletivo	113
7.3. O Estelionato Estruturado e sua Evolução: Do Art. 171 ao Art. 171-A.....	116
7.4. Crimes Conexos: Organização Criminosa e Lavagem de Dinheiro	121
7.5. A Fraude em Massa: Crimes contra a Economia Popular..	123
7.6. O Mercado Regulado: Lei 6.385/76, CVM e Resolução 88.	125
7.7. A Reparação: Responsabilidade Civil e a Sincronia entre Esferas.....	127

CAPÍTULO 8 – AS MEDIDAS CAUTELARES PATRIMONIAIS 131

8.1. Sequestro: Bloqueando o Proveito do Crime.....	132
8.2. Arresto: A Responsabilização do Patrimônio Lícito.....	133

8.3. Indisponibilidade de Bens e SISBAJUD: O Ataque ao Ecossistema Financeiro	135
8.4. A Restituição Direta: Um Caminho Excepcional.....	136
8.5. A Estratégia de Asfixia Patrimonial	137

CAPÍTULO 9 – A ATUAÇÃO DO ADVOGADO NA PERSECUÇÃO PENAL..... 139

9.1. A Notícia de Crime: A Engenharia da Acusação	139
9.2. Competência Federal e Estadual: Onde E Como Acionar ..	141
9.3. O Inquérito Policial e o Acompanhamento Investigativo...	143
9.4. Assistência de Acusação: O Protagonismo no Processo Judicial	144
9.5. A Execução da Sentença Criminal no Cível: Do Título à Reparação Efetiva.....	145
9.6. A Realidade da Persecução: O Estado como Obstáculo	147

PARTE VI – ATUAÇÃO ESTRATÉGICA

CAPÍTULO 10 – A RESPOSTA À FRAUDE..... 151

10.1. Individual <i>versus</i> Coletivo: A Força dos Números	151
10.2. A Responsabilidade do Intermediário: O Dever de <i>Suitability</i> como Fundamento da Reparação.....	154
10.3. A Recuperação Judicial como Blindagem: A Conversão do Crime em Passivo Comercial.....	155
10.4. A Guerra da Narrativa: Exposição Estratégica e Alinhamento com a Imprensa.....	157
10.5. Táticas de Inversão e Intimidação: O Uso do SLAPP e a Guerra Processual.....	158
10.6. Asfixia Financeira: Responsabilidade de Bancos, Rastreamento Cripto e a Teoria dos Elos Fracos	159
10.7. A Dimensão Internacional: Quando o Dinheiro Cruza a Fronteira.....	161
10.8. A Ação Civil Pública e o <i>Timing</i> Estratégico: A Resposta Sistêmica ao Dano de Massa	163

CAPÍTULO 11 – A FALÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE RECUPERAÇÃO..... 167

11.1. A Convolação como Estratégia: Quando Pedir a Falência é o Melhor Movimento das Vítimas.....	167
11.2. O Administrador Judicial como Aliado: Poderes, Deveres e o Período Suspeito	169
11.3. A Ação Revocatória: Desfazendo Dois Anos de Ocultação em Uma Petição	171
11.4. O Pedido de Restituição na Falência: A Primazia da Propriedade sobre o Concurso de Credores.....	172
11.5. A Desconsideração da Personalidade Jurídica na Falência: Alcançando o Patrimônio Escondido	174
11.6. A Falência como Arma do Fraudador: Como Reconhecer e Neutralizar o Golpe Dentro do Golpe	176

CAPÍTULO 12 – O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR COMO ARMA JURÍDICA 179

12.1. O Investidor como Consumidor: A Caracterização da Relação de Consumo	180
12.2. Responsabilidade Objetiva e a Cadeia de Fornecedores: Quem Mais Pode Ser Réu.....	182
12.3. A Inversão do Ônus da Prova: Como o CDC Muda o Campo de Batalha.....	184
12.4. Os Crimes contra as Relações de Consumo: A Esfera Criminal do CDC como Frente Adicional de Pressão.....	185
12.5. O Influenciador como Fornecedor: A Responsabilidade de Quem Empresta a Face ao Golpe	187

CAPÍTULO 13 – O PAPEL DO REGULADOR E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO..... 189

13.1. A CVM e o Dever de Fiscalização: Quando a Omissão Específica Gera Responsabilidade.....	190
13.2. O Banco Central e o Sistema de Pagamentos: A Falha na Porta de Entrada	191
13.3. A Inércia da Perseguição: Quando a Polícia Não Investiga e o MP Não Age.....	192

13.4. A Responsabilidade Civil do Estado por Omissão Regulatória e Falha na Persecução	194
13.5. Como Usar a Inércia do Regulador como Argumento no Processo.....	196

CAPÍTULO 14 – A COORDENAÇÃO DAS FRENTES: O QUE ACONTECE QUANDO TUDO FUNCIONA AO MESMO TEMPO..... 199

14.1. O que a Esfera Penal Entrega para a Civil que Ela Não Conseguiria Sozinha	200
14.2. O que a Via Coletiva Entrega para as Individuais.....	202
14.3. O Momento em que Todas as Frentes Convergem: O que Isso Parece na Prática	203
14.4. O que Destrói a Coordenação: Os Erros que Separam as Frentes Quando Deveriam Estar Juntas	205

CAPÍTULO 15 – O PAPEL DO INVESTIDOR..... 207

15.1. O que o Investidor Pode Fazer o que Ninguém Mais Consegue Sozinho.....	207
15.2. O que Preservar desde o Primeiro Momento: A Prova que a Vítima Carrega	209
15.3. Os Erros que Custam Mais do que o Prejuízo Original.....	210
15.4. O que Diferencia o Investidor que Recupera do que Apenas Processa	212

EPÍLOGO – O QUE O DIREITO AINDA PRECISA APRENDER 215

AGRADECIMENTOS 221

ÍNDICE REMISSIVO DE LEGISLAÇÃO..... 223

CÓDIGOS..... 223

LEGISLAÇÃO ESPECIAL 225

SÚMULAS E TEMAS DE REPERCUSSÃO GERAL..... 229